

Ata n.º 2

Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado - Recrutamento de um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior

Ref.ª TS2026/03 – Um (1) posto de trabalho na área de Ciências Empresariais

(Apreciação das Candidaturas)

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, nos Paços do Concelho, em Macedo de Cavaleiros, reuniu o júri do procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior na área de Ciências Empresariais. - Ref.ª TS2026/03-----

Compareceram e estiveram presentes os elementos do Júri:-----

- Presidente: *Rui José Pires Costa*, Diretor de Departamento Municipal de Coordenação Estratégica;-----

- 1.º Vogal: *Catarina Isabel Lameiras Lopes*, Técnica Superior – Recursos Humanos;-----

- 2.º Vogal: *Elisabete Vicente Viegas Morgadinho Madeira*, Técnica Superior.-----

Formalizaram candidaturas os seguintes candidatos: -----

- Paulo Miguel Silva dos Santos
- Luís Filipe Aleixo Mateus
- Cláudio Rafael Terrinha dos Santos
- Beatriz Isabel Mata Pires
- Ana Raquel Dias Torres
- Ana Luísa Pires da Silva Vieira
- Stefano Moraes Nicomédio
- Ana Clara Mota Pinto
- Gonçalo José Aires Dos Santos
- Ana Cristina Agrelos Lopes
- Ádila Berta Martins da Costa
- Samanta Filipa Venceslau Cabeceiro

Analizadas as candidaturas de cada candidato e tendo presente as regras vertidas no Aviso de abertura do concurso e legislação aplicável, o Júri do concurso faz a seguinte apreciação: -----

Após verificação da documentação apresentada, o júri constatou o que *Cláudio Rafael Terrinha dos Santos; Beatriz Isabel Mata Pires; Ana Raquel Dias Torres; Ana Cristina Agrelos Lopes e Ádila Berta Martins da Costa* não reúnem os requisitos de admissão previsto na alínea a) do ponto 8.2 do Aviso de abertura, o qual exige licenciatura na área de Ciências empresariais (CNAEF 345).-----

- Cláudio Rafael Terrinha dos Santos apresentou Licenciatura em Economia (CNAEF 314), não evidenciando qualquer menção, ramo ou área de estudo na área requerida, nem juntando documento idóneo (diploma, certidão ou suplemento ao diploma) que comprove habilitação na área requerida.---
- Beatriz Isabel Mata Pires apresentou Licenciatura em Línguas e Relações Empresariais (CNAEF 222), não evidenciando qualquer menção, ramo ou área de estudo na área requerida, nem juntando documento idóneo (diploma, certidão ou suplemento ao diploma) que comprove habilitação na área requerida.-----
- Ana Raquel Dias Torres apresentou Licenciatura em Informática e Comunicações (CNAEF 481), não evidenciando qualquer menção, ramo ou área de estudo na área requerida, nem juntando documento idóneo (diploma, certidão ou suplemento ao diploma) que comprove habilitação na área requerida.---
- Ana Cristina Agrelos Lopes apresentou Licenciatura em Arte e Design (CNAEF 211 ou 214), não evidenciando qualquer menção, ramo ou área de estudo na área requerida, nem juntando documento idóneo (diploma, certidão ou suplemento ao diploma) que comprove habilitação na área requerida.---
- Ádila Berta Martins da Costa apresentou Licenciatura em Solicitadoria (CNAEF 380), não evidenciando qualquer menção, ramo ou área de estudo na área requerida, nem juntando documento idóneo (diploma, certidão ou suplemento ao diploma) que comprove habilitação na área requerida.---

Os candidatos em que as candidaturas, até a data limite da candidatura, reúnem os requisitos que constam nos pontos 8 e 9 do Aviso de abertura são: *Paulo Miguel Silva dos Santos; Luís Filipe Aleixo Mateus; Ana Luísa Pires da Silva Vieira; Stefano Moraes Nicomedio; Ana Clara Mota Pinto; Gonçalo José Aires Dos Santos e Samanta Filipa Venceslau Cabeceiro*.-----

Nos termos do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e dos artigos 14.º, 15.º e 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o júri procedeu à verificação dos requisitos de admissão e dos documentos apresentados pelos candidatos, deliberando o seguinte:-----

Excluir:

- Cláudio Rafael Terrinha dos Santos
- Beatriz Isabel Mata Pires
- Ana Raquel Dias Torres
- Ana Cristina Agrelos Lopes
- Ádila Berta Martins da Costa

Admitir:

- Paulo Miguel Silva dos Santos
- Luís Filipe Aleixo Mateus
- Ana Luísa Pires da Silva Vieira
- Stefano Moraes Nicomédio
- Ana Clara Mota Pinto
- Gonçalo José Aires Dos Santos
- Samanta Filipa Venceslau Cabeceiro

O Júri delibera ainda:-----

a) Os candidatos admitidos, serão avaliados pelos métodos de seleção referidos na alínea b) do ponto 11 do Aviso.-----

b) Dar conhecimento da decisão de admissão aos candidatos admitidos.-----

e) Nos termos do n.º 4 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022 de 9 de setembro, conjugado com os art.ºs 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, promover a audiência prévia aos candidatos excluídos, dando-lhe, o prazo de dez dias úteis para, querendo, se pronunciarem.-----

f) Como resulta das regras vertidas no ponto 9.1 do Aviso de abertura, qualquer notificação dos candidatos será através do endereço de correio eletrónico que os mesmos identificarem aquando do preenchimento do Formulário Eletrónico de Candidatura (cf. art.º 6.º da Portaria 233/2022, de 9 de setembro).-----

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, do que nela se passou foi lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai a mesma ser assinada pelos membros do Júri que participaram na sua elaboração. -----

Macedo de Cavaleiros, 15 de julho de 2026

O Júri,

Rui José Pires Costa

Catarina Isabel Lameiras Lopes

Elisabete Vicente Viegas Morgadinho Madeira

Elisabete Vicente Madeira